

RESENHA

Revisitando a laicidade do ponto de vista de gênero: o gênero no coração dos conflitos religiosos e laicos

*Naira Pinheiro dos Santos**

ROCHEFORT, Florence (Org.). **Le pouvoir du genre**. Laïcités et religions 1905-2005. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007. (Le temps du genre). 275 p.

Aprender o gênero da laicidade pode soar estranho. Afinal, a religião é que tem sido frequentemente associada à promoção de relações assimétricas entre os sexos. No entanto, a transversalidade das relações de gênero é uma realidade que implica também a laicidade e mesmo os espaços laicos – do Estado e da política – até porque, mesmo nos países laicos, estes não estão necessariamente isentos da influência das religiões. A interseccionalidade das relações sociais favorece tanto a interpenetração de ideologias de gênero quanto a intercambialidade de interesses, alianças e disputas entre um e outro campo, particularmente no contexto contemporâneo, no qual as lutas por afirmação identitária parecem se intensificar. A tese apresentada na introdução por Florence Rochefort, organizadora da coletânea, é a de que, em tal contexto, o gênero se inscreve no coração dos conflitos religiosos e laicos.

Revisitar a laicidade, seus imbricamentos e tensões com a religião desde um ponto de vista de gênero foi o propósito do colóquio que teve lugar em Paris em 2005, por ocasião do centenário da laicidade na França, e que deu origem à presente obra. Se o centenário e os eventos que o anteciparam – os conflitos recorrentes em torno do véu islâmico, a lei de 15 de março de 2004, proibindo o uso de símbolos religiosos nas escolas públicas, o “estatuto e repre-

* Doutora em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

sentatividade dos muçulmanos na França” (p. 9) – deram ocasião a um amplo debate em torno da laicidade no país, o colóquio organizado por Florence Rochefort e Michelle Zancarini-Fournel foi o único consagrado ao gênero.

Partindo do pressuposto de que “as imbricações entre o político e o religioso são determinantes na construção e organização social e cultural do gênero” (p. 13), a proposta do livro é a de analisar as interações entre religiões, laicidades e igualdade entre os sexos de um ponto de vista histórico e pluridisciplinar. Contemplando uma perspectiva múltipla da laicidade, tanto do ponto de vista diacrônico – “da variabilidade histórica do conteúdo da laicidade” (p. 11) – quanto sincrônico – do pluralismo das correntes laicas –, as análises se concentram principalmente no período de 1905-2005 na França e colônias, mas abrangem também outros países. Duas questões principais conduzem o debate: a pergunta pelo gênero das laicidades já nos primórdios da sua constituição e a questão do gênero como “um fator determinante das relações entre política, religiões e sociedade” (p. 10).

Na primeira parte, o gênero da laicidade nos momentos históricos de sua instituição na França – “o momento 1905” – é analisado tanto a partir da história do feminismo e dos direitos das mulheres quanto da história da educação escolar no contexto da França metropolitana e das colônias.

No artigo *Genre et laïcisation, jeux d'échelles du national au local*, Michelle Zancarini-Fournel analisa três momentos do processo de laicização da educação no período de 1860-1904 nos departamentos franceses do Loire e do Rhône. Uma vez que “o processo de laicização não é linear e nem idêntico para meninas e meninos” (p. 34), a autora procura averiguar quais políticas de gênero foram mobilizadas pelas diversas instâncias e atores envolvidos nesse processo. Conclui que, se as ideologias de gênero que subjazem aos objetivos/finalidades da escolarização das mulheres – torná-las esposas instruídas e aptas para educar os futuros cidadãos – parecem ser as mesmas nas escolas públicas laicas como nas religiosas, observam-se fortes diferenças quanto a fatores tais como “formas de autoridade e de hierarquia, ao lugar dado ao saber e à emancipação que ele busca” (p. 46), as quais constroem políticas de gênero com efeitos sociais também diferentes a médio e longo prazo.

A questão da tensão entre a tentativa de instrumentalização das mulheres em favor da laicidade, a utopia republicana laica de emancipação e as iniciativas feministas perpassam os artigos de Jean-Paul Martin – *Entre philanthropie et féminisme. Le comité des dames de la Ligue de l'enseignement (1901-1914)*, no qual este analisa o lugar das mulheres nas ligas de educação – de Florence Rochefort – *Ambivalences laïques et critiques féministes*, no qual a autora destaca a complexidade das opções disponíveis e do jogo de forças entre correntes igualitárias e conservadoras – e de Frédéric Mole – *Culture scolaire, idéal laïque et*

différences filles/garçons, uma análise dos limites e contradições do universalismo republicano na constituição de uma cultura escolar igualitária.

A questão da moral constitui parte importante do debate em torno da igualdade entre os sexos, embora não se trate de “uma simples transferência de hábitos e valores forjados por um republicanismo impregnado de moralismo cristão” (p. 66). Ao contrário, a legitimidade que a transferência da autoridade da religião para a ciência ganha na modernidade, mesmo no que diz respeito à definição de critérios morais, transparece no artigo de Jean Elisabeth Pedersen – *Éducation sexuelle et morale laïque chez Durkheim*. Partindo do embate que teve lugar na seção de 28 de fevereiro de 2011 na Sociedade Francesa de Filosofia entre o médico higienista Jacques-Amédée Doléris, defensor de uma concepção biológica do ato sexual, e Durkheim, que lhe atribui um caráter cultural, a autora evidencia as controvérsias em torno de qual seria a perspectiva científica que deveria prevalecer na constituição de uma ética sexual laica.

Na segunda parte do livro, a análise da estreita ligação entre as ideologias de gênero – construídas e/ou corroboradas de forma conjunta e/ou concorrente pelas religiões, Estados, nações, grupos sociais – e as “escolhas políticas, morais, as formas de autoridade, hierarquias, heranças culturais e linhas de divisão sexuada entre as esferas privada e pública” (p. 13), se estende ao contexto mundial atual. Trata-se de investigar em que medida e aspectos o gênero, as sexualidades e os direitos das mulheres constituem um eixo central das recomposições político-religiosas do século XX.

Em *Sécularisation du droit, laïcité et droits des femmes au plan international*, Françoise Gaspard percorre a história da instituição – sob pressão dos movimentos feministas – de uma comissão da condição feminina (CSW) no âmbito da ONU e da posterior adoção, em 1979, da Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação em relação às mulheres (CEDAW), para colocar em evidência os limites da secularização dos direitos na produção da igualdade de gênero, principalmente no que concerne aos direitos civis e reprodutivos. As restrições e limitações nacionais à aplicação das leis – em parte devido ao fato do campo político ainda ser dominado pelos homens – além da pressão das religiões e tradições culturais concorrem para a persistência de leis e práticas discriminatórias em relação às mulheres, mesmo nos países laicos.

A eficácia limitada de leis na promoção da igualdade transparece também no artigo de Stéphanie Tawa Lama-Rewal, *Les droits des femmes, otages de la laïcité à l'indienne*. A autora trata do jogo complexo de forças que se estabelece a partir de interesses coloniais e políticos locais, da pluralidade de tradições culturais contemplando correntes religiosas conservadoras e reformadoras na

Índia, país que se declara laico, mas que distingue o direito civil e penal do direito da família. A “sobredeterminação da questão do direito da família por relações políticas entre as diferentes comunidades religiosas” (p. 200) tende a fazer da família o lugar de “menos direito” ou do “não direito” das mulheres. Em *Modernité, genre et religion en Iran*, Azadeh Kian-Thiébaud analisa o impacto do projeto modernista e os efeitos paradoxais da Revolução Islâmica sobre a igualdade de gênero no Irã: as políticas de modernização do governo laico, associada à posterior islamização do espaço público pela Revolução, teriam ampliado a possibilidade de participação social para as mulheres de famílias conservadoras e religiosas, sendo que muitas teriam conseguido estudar, trabalhar. Tendo se afirmado e obtido autonomia em relação aos homens, elas “conseguiram contestar o seu poder” (p. 208).

Eventualmente, o direito laico pode mostrar-se mais reticente em relação a liberdades sexuais do que determinadas correntes religiosas: nos Estados Unidos, não obstante ministros religiosos pudessem officiar casamentos civis de casais heterossexuais, o oficial do estado de Nova York considerou que os casamentos entre pessoas do mesmo sexo, efetuados por um padre ortodoxo e um pastor episcopal, entre 1970 e 1973, desafiavam o código penal e, portanto, não poderiam ter valor civil. A partir desses e de outros casos, Baptiste Coulmont analisa, em *Mariage homosexuel, religion et État aux États-Unis*, o poder de consagração do Estado e as tensões na relação estado/instituições religiosas/ sociedade. Conclui que, “ao cruzar gênero, religião, Estado e sexualidade, percebe-se uma surpreendente variabilidade de recursos ao Estado (o Estado e seus aparelhos constituem um recurso para as mobilizações em torno/contra/a favor do casamento *gay*), mas também algumas das tentativas ou das vontades religiosas de manter uma relativa autonomia em relação ao Estado” (p. 227).

As estratégias utilizadas pela Igreja católica para impor a proibição de leis garantindo às mulheres o direito ao aborto constituem o objeto dos dois últimos artigos do livro. Em *Droit à l'avortement et identité catholique polonaise*, Jacqueline Heinen analisa o peso da identidade católica no sucesso da Igreja católica em sua empreitada pela regressão dos direitos reprodutivos na Polônia, tanto no aspecto jurídico – já que o Estado comunista havia removido toda restrição legal ao aborto – quanto no aspecto subjetivo – por meio da “propaganda eclesiástica sobre os espíritos” (p. 246). Finalmente, no artigo *Le poids des Églises en Allemagne sur la question de l'avortement*, Jean-Paul Willaime analisa a relação entre Igrejas (católica e protestante) e Estado na Alemanha, que sofre seguidas reconfigurações: os efeitos das ditaduras – nazista na Alemanha Ocidental e comunista na Alemanha Oriental –, negativos para a imagem do Estado e positivos para a imagem das Igrejas, possibilitou à Igreja

católica sustentar junto à sociedade política sua posição contrária ao aborto. Posteriormente (em 1999), a quebra de acordo firmado em 1995 – solução de compromisso ainda bastante restritiva das condições legais de realização do aborto, mas contestada por Roma – teria afetado a relação de parceria da Igreja católica com o Estado alemão, além de suscitar a reação de grupos laicos católicos, que decidiram sustentar o acordo.

Finalizamos destacando que o livro traz importantes contribuições aos estudos de religião e de gênero, não só por se utilizar deste como instrumento relevante de análise das relações entre religiões, instituições religiosas e Estado, como também por incluir a laicidade no debate acerca da igualdade entre os sexos. Ele possibilita, assim, vislumbrar diversos aspectos e contradições envolvidos nas interações entre sociedade, poderes seculares e poderes religiosos na constituição de liberdades sexuais e políticas de gênero igualitárias.